



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 063

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 29 DE JUNHO DE 2004

ANO XXIX

## *Mesa Diretora*

**HERMAS BRANDÃO**  
Presidente - PSDB

**ANDRÉ VARGAS**  
1º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**  
2º Vice-Presidente - PDT

**ARLETE CARAMÊS**  
3º Vice-Presidente - PPS

**NEREU MOURA**  
1º Secretário - PMDB

**GERALDO CARTÁRIO**  
2º Secretário - PSL

**CLEITON KIELSE**  
3º Secretário - PFL

**RENI PEREIRA**  
4º Secretário - PSB

**EDSON PRACZYK**  
5º Secretário - PL

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

## *Lideranças*

<i>Líder do Governo</i> .....	<i>Ângelo Vanhoni</i>
<i>Líder da Oposição</i> .....	<i>Durval Amaral</i>
<i>PTB</i> .....	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i> .....	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i> .....	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PMDB</i> .....	<i>Antonio Anibelli</i>
<i>PP</i> .....	<i>Duílio Genari</i>
<i>PT</i> .....	<i>Elton Carlos Welter</i>
<i>PDT</i> .....	<i>Barbosa Neto</i>
<i>PSL</i> .....	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i> .....	<i>Mauro Moraes</i>
<i>PPS</i> .....	<i>Ratinho Júnior</i>
<i>PSB</i> .....	<i>Dr. Luciano Ducci</i>

## *Representação Partidária*

*PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; PT - 10: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Nelsinho Dal Santos - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio (em licença) - Nelson Tureck - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; PFL - 06: Cleiton Kielse (em licença) - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli; PTB - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 04: Arlete Caramês (em licença) - Felipe Lucas - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; PSB - 02: Dr. Luciano Ducci - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk (em licença); PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.*

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
15ª LEGISLATURA  
ATA DA 059ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
29 DE JUNHO DE 2004**

*(terça-feira)*

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariada pelos Srs. Deputados Nereu Moura e Geraldo Cartário.

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, André Vargas, Augustinho Zucchi, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Reni Pereira, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Dr. Luciano Ducci, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elza Correia, Felipe Lucas, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelsinho Dal Santos, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (52). Achando-se em licença os Srs. Deputados Chico Noroeste e Renato Gaúcho (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

**O SR. 2º SECRETÁRIO**

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

**O SR. NATÁLIO STICA (Pela Ordem)**

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Gostaria que o Deputado Durval Amaral, Líder das Oposições, por favor, chegasse até aqui, porque quero lhe fazer a entrega da resposta do seu requerimento solicitando ao Procurador Geral do Estado algumas informações a respeito da SANEPAR.

Agilizamos ontem à tarde e já temos as respostas e queria lhe passar às suas mãos, pedindo que V. Exa. receba as respostas da vossa solicitação.

**O SR. 1º SECRETÁRIO (Nereu Moura)**

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Ofício:**

OFÍCIO S/Nº

Curitiba, 29 de junho de 2004.

Senhor Presidente:

Tomo a liberdade de solicitar a V. Exa. a restituição à Casa Civil da Governadoria do texto da Proposta de Emenda Constitucional que versa sobre a extinção da Carreira Especial de Advogado do Estado e dispõe sobre outras providências, independentemente de votação em segundo turno por essa augusta Casa.

Dentre as razões que me levam a requerer a restituição do texto, no estado em que se encontra, está a circunstância de que ele se reveste de inconstitucionalidade na parte em que, ao pretender modificar o parágrafo 2º, do artigo 56, do ADCT, da Constituição Estadual, contrasta com a regra do artigo 132, da Constituição Federal, segundo a qual “os Procuradores dos Estados e do Distrito Federal, organizados em carreira, na qual o ingresso dependerá de concurso público de provas e títulos, exercerão a representação judicial e a consultaria jurídica das respectivas unidades federais”, situação que, por óbvio, não pode ser estendida aos Advogados da Carreira Especial do Estado.

Ademais, a alteração pretendida pelo parágrafo 5º, do artigo 56, do ADCT, da Constituição Estadual, igualmente não atende ao interesse público, eis que estabelece limitação indesejável ao Chefe do Poder Executivo e ao Procurador Geral do Estado quanto à lotação dos advogados remanescentes que integram a Carreira Especial do Estado.

Observo a V. Exa. ser do interesse do Poder Executivo providenciar, oportunamente, o encaminhamento de outra mensagem contendo proposta de Emenda Constitucional, a qual contemplará, sim, a extinção da aludida carreira de advogados, corrigidas, contudo, as impropriedades aqui apontadas.

Atenciosamente.

Sala das Sessões, em 29.06.2004.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

**Requerimentos:**

REQUERIMENTO Nº 1231

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem perante o Exmo; Sr. Hermas Eurides Brandão, Presidente desta Casa de Leis, REQUERER, após ouvido o douto Plenário, retirada por 10 (dez) dias Sessões, a discussão do Projeto de Lei nº 207/2004, item 1 constante na Ordem do Dia da presente Sessão Plenária.

Na certeza de seu pronto atendimento, estreitamos nossos protestos de elevada estima e alta consideração.

Sala das Sessões, em 29.06.2004.

(a) WALDIR LEITE

#### REQUERIMENTO Nº 1222

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a dispensa de redação final aos projetos que não sofreram emendas no curso de sua tramitação na Sessão Extraordinária do dia 28 de junho de 2004.

Sala das Sessões, em 29.06.2004.

(a) GERALDO CARTÁRIO

#### REQUERIMENTO Nº 1221

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, parágrafo 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 29.06.2004.

(a) CIDA BORGHETTI

#### REQUERIMENTO Nº 1224

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja convidado a comparecer a esta Casa de Leis, na Sessão de amanhã, dia 29 de junho, terça-feira, o Exmo. Sr. Stênio Jacob, Diretor Presidente da SANEPAR, para que possa esclarecer dúvidas com relação ao projeto de Lei nº 076/2004, oriundo da Mensagem Governamental nº 002/2004, que dispõe sobre o aumento de capital da Companhia de Saneamento do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 29.06.2004.

(a) DURVAL AMARAL

#### REQUERIMENTO Nº 1226

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja convidado a comparecer a esta Casa de Leis, na Sessão de amanhã, dia 29 de junho, terça-feira, o Exmo. Sr. Dr. Sérgio Botto de Lacerda, Procurador Geral do Estado, para que possa esclarecer dúvidas com relação ao projeto de Lei nº 076/2004, oriundo da Mensagem Governamental nº 002/2004, que dispõe sobre o aumento de capital da Companhia de Saneamento do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 29.06.2004.

(a) DURVAL AMARAL

#### REQUERIMENTO Nº 1225

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, com fundamento no artigo 54, inciso XXXIII da Constituição Estadual e no artigo 97, incisos I e II e parágrafos 1º e 2º do Regimento Interno desta Assembléia Legislativa, após ouvido o douto Plenário, seja convocado a comparecer a esta Casa de Leis, na Sessão de amanhã, dia 29 de junho, terça-feira, o Exmo. Sr. Dr. Heron Azua, Secretário de Estado da Fazenda, para que possa esclarecer dúvidas com relação ao Projeto de Lei nº 076/2004, oriundo da Mensagem Governamental nº 002/2004, que dispõe sobre o aumento de capital da Companhia de Saneamento do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 29.06.2004.

(a) DURVAL AMARAL

#### REQUERIMENTO Nº 1214

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de profundo pesar, à família Bueno, pelo falecimento do Sr. Waldemiro Antonio Bueno, ocorrido no dia 24, do corrente mês, na Cidade de Quedas do Iguaçu/PR.

Requer ainda, que seja dado ciência à família enlutada, através de seu filho, Sr. Álvaro Bueno, enviando correspondência à Rua Guaraci, 133 - Bairro Boneca do Iguaçu, CEP: 83.040-340 - São José dos Pinhais-PR.

Sala das Sessões, em 29.06.2004.

(a) NEREU MOURA

#### JUSTIFICATIVA:

Durante a sua vida, Waldemiro Antonio Bueno foi um homem dedicado a edificar obras. Na verdade, quando passamos por esta vida, o que fica, ao final, são realmente as obras que realizamos. O que esperamos mesmo, é que as obras por nós edificadas sejam prósperas e deixem, acima de tudo, um legado positivo às futuras gerações.

Temos absoluta certeza de que foi justamente no caminho da retidão, dos valores éticos e morais, que o Sr. Waldemiro pautou a sua vida e, principalmente, procurou construir a sua história em cima de pilares sólidos da justiça, do amor ao próximo, da compreensão e da dedicação à sua família.

Perdemos um amigo. Sempre a perda de alguém especial nos é sofrida. Mas sabemos, dentro da nossa fé cristã, que a vida é um estágio para outra vida em outro lugar mais elevado. E é justamente neste outro lugar, na presença do Pai Criador, que Waldemiro está edificando novas obras, ajudando, com seu talento, a tornar o céu ainda mais bonito.

Por sua vez, a Assembléia Legislativa do Paraná, na pessoa deste Parlamentar, cumpre o doloroso dever de endereçar à família enlutada sinceros votos de pêsames e condolências.

## REQUERIMENTO Nº 1212

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido um voto de louvor, congratulações e muito aplauso ao Sr. Sérgio Maioka, fundador, proprietário e Presidente da Farmácia e Drogaria Nissei Ltda, pela comemoração de 18 anos de sua fundação.

Iniciou suas atividades no ano de 1986, com uma modesta farmácia no Bairro Mercês, nesta Capital. No segundo ano, transferiu-se para o Centro de Curitiba, próximo à Rua 24 horas. Após 10 anos de atividades, entrou em grande expansão no mercado farmacêutico, ocupando o 2º lugar na rede de farmácias do Paraná. Muitos são os investimentos realizados, mais 10 lojas são inauguradas no ano de 2003, culminando na abertura da maior loja da rede, a Nissei Iguaçu, com 400m2. A nova sede administrativa, com 300m2 de área construída, incluindo o centro de distribuição, também recebeu investimentos. O objetivo é manter um crescimento contínuo até o final de 2004, e para isso, os investimentos foram enormes.

Ao ser inaugurada a loja do Batel, constituindo-se a maior drugstore do Brasil, a rede Nissei almeja ocupar a primeira posição do ranking estadual de farmácia, contando com mais de 60 lojas na grande Curitiba e interior do Estado. Hoje, na sua totalidade de 50 lojas, atende mais de um milhão de clientes por mês. Todo o empenho é realizado em prol de oferecer ao povo paranaense um serviço de qualidade, nas áreas comercial e social.

A Nissei desenvolve importante ação social através do Clube Nissei da Melhor Idade, proporcionando especial atenção aos clientes idosos, realizando passeios, orientando com dicas de saúde e informações jurídicas, buscando a melhoria na qualidade de vida. Todo esse trabalho culmina no programa de TV que vai ao ar todos os domingos pela Rede Independência de Comunicação - RIC.

O crescimento que vem ocorrendo não se restringe somente em sua estrutura física, mas principalmente em seus diferenciais competitivos e de serviços. Prova disso é o Clube da Mulher, que oferece às suas associadas vários benefícios, entre os quais destacam-se os preços promocionais oferecidos, troca de pontos acumulados por produtos das próprias lojas da rede Nissei, participação de shows, palestras, eventos, bem como são presenteadas em todos os momentos especiais de suas vidas.

Muito nos orgulha que empresas genuinamente paranaenses, principalmente curitibanas, se preocupem e dediquem um atendimento exemplar à nossa população. A rede Nissei merece ser homenageada e aplaudida pois trata a saúde com responsabilidade, presteza e qualidade nos serviços oferecidos à comunidade.

Desta forma, apresentamos este voto de louvor, congratulações e muito aplauso, extensivos aos demais Pares desta colenda Casa de Leis e comunidade paranaense.

Cumprimentamos o fundador, proprietário e Presidente da Farmácia e Drogarias Nissei Ltda, Sr. Sérgio Maioka, todos os funcionários e demais colaboradores, assegurando-lhes muito sucesso!

Sala das Sessões, em 29.06.2004.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

## REQUERIMENTO Nº 1216

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao Município de Rio Azul pelo transcurso, no próximo dia 14 de julho, de seus 86 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Exmo. Sr. Vicente Solda, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito, Jaciel Buco Martins, bem como a todos os Vereadores para que, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a população de Rio Azul.

Sala das Sessões, em 29.06.2004.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

É com grande alegria que toda a população de Rio Azul estará, no próximo dia 14 de julho, comemorando a passagem de seus 86 anos de emancipação política.

Unindo-nos ao contentamento de todos, cumprimentamos efusivamente aqueles que continuam trabalhando e dando o melhor de seus esforços em prol do desenvolvimento cada vez mais acentuado do Município.

Associa-se o Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Deputado, às homenagens que serão prestadas ao Município de Rio Azul na significativa data da comemoração de mais um aniversário de sua emancipação política, formulando votos para que o sucesso esteja sempre presente, para orgulho de sua população, que sempre depositou inteira confiança em seus administradores.

## REQUERIMENTO Nº 1217

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao Município de Santa Isabel do Ivaí, pela passagem de seus 52 anos de emancipação política, no próximo dia 02 de julho.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Exmo. Sr. Adão de Almeida Ramos, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito, Antonio Borges, bem como a todos os Vereadores para que, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a população de Santa Isabel do Ivaí.

Sala das Sessões, em 29.06.2004.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Através desta proposição queremos prestar nossa homenagem a toda a população de Santa Isabel do Ivaí, que no próximo dia 02 de julho estará comemorando o transcurso de mais um aniversário do seu Município.

Santa Isabel do Ivaí, cidade progressista e acolhedora com uma administração voltada ao bem-estar da população que juntamente com a representação estadual vem lutado por melhores condições e programas que beneficiem toda a comunidade.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, cumpre o dever de associar-se às homenagens que serão prestadas ao Município de Santa Isabel do Ivaí, na significativa data de comemoração de seus 52 anos de emancipação política. Pois, toda a população é digna do nosso respeito, reconhecimento e admiração, na certeza de que continuará na trilha do progresso.

#### REQUERIMENTO Nº 1218

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Waldyr Pugliesi, Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de determinar a recuperação da PR-218, trecho Planaltina do Paraná a Santa Isabel do Ivaí.

Sala das Sessões, em 29.06.2004.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Governar é conservar estradas.

Estas palavras de Washington Luiz ecoam em todos os Municípios do Paraná, pois, um Município sem estradas seria como um corpo sem artérias.

Com efeito, como ligar as unidades de que se compõe esta vasta Pátria, a não ser por meio de estradas em bom estado de conservação que permitam a circulação de bens de consumo?

É por assim pensarem que os administradores públicos do nosso Estado, vêm dando o máximo de atenção a tão relevante trabalho de se dotar de perfeitas estradas.

Por essa razão, esperamos a aprovação deste requerimento pelos nobres colegas.

#### REQUERIMENTO Nº 1220

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Waldyr Pugliesi, Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de determinar a recuperação da PR-559, de São Carlos do Ivaí e Paraíso do Norte.

Sala das Sessões, em 29.06.2004.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A Rodovia PR-559 trecho - São Carlos do Ivaí a Paraíso do Norte encontra-se completamente intransitável, dificultando assim, o transporte da produção para os centros maiores.

Assim sendo, a recuperação da mesma, será uma promoção de valores de trabalho social e do desenvolvimento daquela região. Bem inspirados foram aqueles que tudo fizeram por esta realização - qual de construir e conservar estradas.

Doravante, neste Governo, possamos conseguir com a administração segura do Secretário de Estado dos Transportes, Dr. Waldyr Pugliesi, um instrumento de comunicações que permita a ascensão a passos largos na via do progresso. Neste século da velocidade seria na realidade um anacrônico o estadista que não visse na estrada o meio mais importante e mais necessário ao progresso do nosso Estado.

Esperamos que os nobres colegas Deputados se inspirem nos exemplos e aprovelem este requerimento.

#### REQUERIMENTO Nº 1227

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, o adiante nominado, Deputado com assento nesta Casa de Leis, REQUER, à Mesa que seja oficiado ao Secretário de Estados dos Transportes, Waldyr Pugliesi, bem como ao Diretor Geral do DER, Rogério Wallbach Tizzot, solicitando dos mesmos a estadualização do trecho de 50 quilômetros, entre Irati ao Distrito de Itapara, dos quais 20 encontram-se com pavimentação asfáltica.

É impossível o desenvolvimento da região sem a estadualização dessa rodovia, pois não há condições viáveis de escoamento das safras.

Sala das Sessões, em 29.06.2004.

(a) FELIPE LUCAS

#### REQUERIMENTO Nº 1228

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, o adiante nominado, Deputado com assento nesta Casa de Leis, REQUER, à Mesa que seja oficiado ao Secretário de Estados dos Transportes, Waldyr Pugliesi, bem como ao Diretor Geral do DER, Rogério Wallbach Tizzot, solicitando dos mesmos a conclusão da pavimentação asfáltica e do acostamento no trecho de 50 km que liga o Município de Irati ao Município de São Mateus do Sul.

O trecho em questão interliga Norte e Sul do Estado do Paraná (Transbrasiliana), com intenso trânsito de veículos. É impossível o desenvolvimento dessas regiões se não há condições viáveis de escoamento de safras e dos produtos das localidades.

Se ocorrer a tão desejada integração entre rodovias, imprimir-se-á competitividade jamais experimentada pelos produtos nacionais, sejam agrícolas ou manufaturados.

Sala das Sessões, em 29.06.2004.

(a) FELIPE LUCAS

#### REQUERIMENTO Nº 1229

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, o adiante nominado, Deputado com assento nesta Casa de Leis, REQUER, à Mesa que seja oficiado ao Secretário de Estados dos Transportes, Waldyr Pugliesi, bem como ao Diretor Geraldo DER, Rogério Wallbach Tizzot, solicitando dos mesmos urgente recapeamento asfáltico do trecho de 25 km, que liga a sede do Município de Irati ao Distrito de Guamirim.

Os moradores do Distrito de Guamirim necessitam dessa melhoria para facilitar-lhes os deslocamentos diários para o trabalho e para os estudos, proporcionando maior desenvolvimento àquela região do Município de Irati. O trecho está em péssimas condições de conservação, acarretando muitas dificuldades para a população da localidade.

A carência de infra-estrutura estabelece teto para o crescimento dos municípios.

Sala das Sessões, em 29.06.2004.

(a) FELIPE LUCAS

#### REQUERIMENTO Nº 1230

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, o adiante nominado, Deputado com assento nesta Casa de Leis, REQUER, à Mesa que seja oficiado ao Secretário de Estados dos Transportes, Waldyr Pugliesi, bem como ao Diretor Geraldo DER, Rogério Wallbach Tizzot, solicitando dos mesmos urgente recapeamento asfáltico do trecho que liga o Município de Irati ao entroncamento com a PR 476, no Município de Paulo Frontim.

Trata-se de rodovia que se encontra em péssimo estado de conservação, prejudicando os deslocamentos daquelas comunidades e conseqüentemente o desenvolvimento da região.

A carência de infra-estrutura estabelece teto para o crescimento dos municípios.

Sala das Sessões, em 29.06.2004.

(a) FELIPE LUCAS

#### REQUERIMENTO Nº 1211

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, ao Procurador-Geral do Estado, através do Secretário-Chefe da Casa Civil, informar:

- considerando que o aumento do capital social da SANEPAR, na forma como proposto na Mensagem 003/2004, Projeto de Lei 076/2004, prevê aumento de capital social da SANEPAR mediante emissão de ações ordinárias, escriturais e não nominais;

- considerando que não foram oferecidas ações preferenciais;

- considerando que por força do disposto no artigo 171, parágrafo 2º da Lei das S/As os acionistas minoritários têm direito de exercer preferência na aquisição das ações emitidas;

Pergunta-se:

- O Poder Executivo pretende respeitar os direitos de preferência dos acionistas, inclusive os minoritários?

- Se os acionistas minoritários recorrerem ao Poder Judiciário não poderão obstaculizar o processo de aumento de capital social proposto pelo Governo?

- Casa esse processo se concretize não poderão os acionistas minoritários pedir indenização por eventuais prejuízos?

- Há risco de diluição do capital votante com o aumento da participação dos sócios privados e conseqüente redução da participação do Governo no controle acionário da Companhia?

- Como foi fixado o valor de R\$ 1,95 por lote de mil ações e qual o estudo ou laudo que orientou essa decisão?

- Qual a real razão que levou o Estado a propor esse aumento de capital? Existe algum estudo, de entidade isenta e idônea, que justifique esse aumento do capital?

- A SANEPAR, sendo uma sociedade anônima com ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo, não está submetida às normas estabelecidas na Lei das S/As nº 6.404/76 com alterações posteriores?

Sala das Sessões, em 29.06.2004.

(aa) DURVAL AMARAL e  
ELIO RUSCH

#### REQUERIMENTO Nº 1223

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, seja informado a este poder Legislativo, se os dividendos da SANEPAR, no total de R\$ 88 milhões pertencentes ao Estado do Paraná, relativos aos exercícios de 2002 e 2003 tivessem sido retirados pelo Governo estadual, teriam sido suficientes para o pagamento do aumento salarial dos professores retroativo a fevereiro de 2004?

Sala das Sessões, em 29.06.2004.

(aa) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES  
ELIO RUSCH  
DURVAL AMARAL

#### REQUERIMENTO Nº 1219

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual Tadeu Veneri, no uso de suas prerrogativas, vem mui respeitosamente, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja aprovada moção de apoio à manutenção do poder investigatório do Ministério Público Estadual e Federal.

Requer ainda que seja enviada a presente moção aos Ministros do Supremo Tribunal Federal, Procurador-Geral da República, ao Procurador-Geral de Justiça do Paraná e ao Chefe do Ministério Público Federal, pelas relevantes razões a seguir expostas.

Na Constituição Federal de 1998, em seu artigo 127 foi previsto: “O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis”.

Os artigos 128, 129 e 130 fixam as exatas funções do Ministério Público.

É inegável que a manutenção do estado democrático e de direito passa também pelo constante combate ao crime organizado, tráfico de drogas e armas, crimes contra a Administração Pública, crimes contra ordem econômica, crimes contra a pessoa humana e atos de corrupção em geral.

É de todos conhecido também o fundamental papel desempenhado pelo Ministério Público Federal e Estadual.

Aparentes excessos não podem ser causa para retirar da Instituição Ministério Público prerrogativas asseguradas pela Constituição Federal.

Por estes fundamentos é que a Assembléia Legislativa do Paraná se manifesta pela manutenção das prerrogativas constitucionais do Ministério Público.

Sala das Sessões, em 29.06.2004.

(a) TADEU VENERI

#### REQUERIMENTO Nº 1213

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a inserção nos Anais da presente Sessão Ordinária, a matéria que trata o controle acionário da Companhia Paranaense de Saneamento - SANEPAR, constante no jornal eletrônico “GAZETA DE NOVO” ([www.gazetadenovo.com.br](http://www.gazetadenovo.com.br)) de hoje.

Sala das Sessões, em 29.06.2004.

(a) DURVAL AMARAL

#### REQUERIMENTO Nº 1215

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a transcrição nos Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, para que fique definitivamente gravado para posteridade, o artigo: O Último Trabalhista, de autoria do jornalista Carlos Nasser, publicado na Gazeta do Povo às fls. 27 do dia 27 de junho de 2004, bem como do artigo Leonel Brizola, Coragem e Coerência, do jornalista Léo de Almeida Neves, publicado na Gazeta do Povo do dia 28 de junho/2004.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao jornalista Carlos Nasser, ao jornalista Léo de Almeida Neves e ao Diretor-Presidente da Gazeta do Povo. Dr. Francisco Cunha Pereira Filho, assim como à família do Dr. Leonel Brizola.

Sala das Sessões, em 28.06.2004.

(a) ANTONIO ANIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

São Borja parou no último adeus a Leonel de Moura Brizola, morto no dia 21 de junho de 2004, no Rio de Janeiro e sepultado dia 24 em São Borja (Rio Grande do Sul), cidade tida como “o berço do trabalho”, onde já estão os Presidentes Getúlio Vargas e João Goulart, bem como sua esposa D. Neusa Brizola.

Tombou mais um lutador! A morte no seu perambular incessante, não respeita nem fortes nem fracos!

Por isso, caiu o prezado amigo Brizola, quando ainda no aceso da luta. Levando consigo, entretanto, a certeza de haver lutado com denodo e com altivez, o combate da honra e do dever.

Nunca se acovardou ante o perigo, nunca cedeu às injunções do medo, nunca tergiversou com o dever, nunca duvidou da Justiça. Foi um chefe magnânimo e compreensivo. Exigia mais de si do que dos outros. Grande para nós foi sua perda. O homem seguro e impertérito que era, desapareceu.

Quem, com as suas qualidades de líder para o substituir? Quem, com a sua experiência para guiar os companheiros?

Permaneceremos, porém, fiéis à sua memória e seus exemplos, e, suas lições hão de continuar a ser a nossa bússola, na luta pelo bem-estar de nossa terra.

Sua coragem, sua lealdade, sua prudência nunca destemida são outras tantas qualidades que procuraremos cultivar como homenagem que lhe devemos.

Repousa, pois, valente lutador!

#### Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 261/2004

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública Estadual o Museu de Armas, Veículos e Máquinas Eduardo André Matarazzo, com sede e foro no Município de Antonina.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.06.2004.

(a) NEIVO BERALDIN

#### JUSTIFICATIVA:

Após vários problemas enfrentados na sede do Museu Bebedouro e por vontade de seu fundador e administrador o Sr. Eduardo André Matarazzo, foi constituído um novo empreendimento cultural e preservacionista da história tecnológica automobilística mundial.

No Estado do Paraná, mais exatamente no litoral paranaense, na Cidade de Antonina nasce no ano de 1993 um novo museu com prédio e acervo próprio. Este museu permaneceu fechado até o ano de 2001. Com a chegada do Sr. Fernando Matarazzo, herdeiro do fundador e pela

sua vontade expressa, que lhe pediu para administrar, restaurar e ampliar todos os seus bens patrimoniais existentes nesta referida cidade, onde se inicia a reabertura destes citados empreendimentos.

Vindo de trabalhos iguais a este, realizados no Estado de São Paulo, inicia-se a reabertura do Porto Matarazzo e em conjunto com seu Museu de Veículos.

Nestes quase quatro anos de intenso trabalho e esforços incansáveis concluiu-se a primeira etapa do projeto. A reestruturação dos prédios, do cais portuário e linha férrea, do complexo Matarazzo.

Partindo agora para a segunda fase deste imenso projeto, onde abrange trabalho ao povo, preservação de um patrimônio histórico datado do ano de 1910 todo em estilo inglês, a conservação e exposição ao público do Museu de Carros Antigos e demais atividades sócio-culturais desenvolvidas nesta cidade, como encontro de automóveis antigos, a reativação da primeira Maria Fumaça de volta aos trilhos do Paraná, incrementando assim o turismo regional.

Após seu inesperado e triste falecimento, pessoa esta que muito ajudou a cidade de Bebedouro, a região, seu Estado e claro, seu amado País, deixa um grande legado à família e à sociedade como um todo. Fundador do Museu da Imagem e do Som (MIS) instalado na cidade de São Paulo. Fundador participativo do Iate Clube de Santos, onde foi Comodoro. Fundador do Museu de Veículos e Máquinas Eduardo André Matarazzo e muitos outros projetos que anonimamente participou sem interesse pessoal, como a própria fundação da Coopercitrus Industrial, detentora da antiga FRUTESP, do Bebedouro Clube e envolvido em vários projetos sociais, onde a única condição imposta é que seu nome não fosse divulgado. Assim sendo, honrado seu desejo e tendo os mesmos princípios de vida, assume a Presidência do Museu de Antonina, Eduardo André Matarazzo de Veículos e Máquinas, seu herdeiro, o Sr. Fernando Matarazzo, com o objetivo de preservar a memória de seu pai, seus bens patrimoniais e seu legado de ações sociais realizados por todo o Brasil.

Na segunda fase do projeto, o interesse principal será de ampliar o acervo e divulgar ao conhecimento de todos a existência do Museu, incrementando o projeto com atividades comunitárias, sócio/culturais e divulgação internacional do empreendimento com participação governamental e entidades não governamentais.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Não havendo oradores inscritos nem no Pequeno e nem no Grande Expedientes, passa-se ao Horário das Lideranças.

Consulto as Lideranças do PL; PSL; PPS; PSB; PTB, PP se farão uso do seu tempo.

**(Declinam)**

Consulto à Liderança do PFL se fará uso do seu tempo. Com a palavra o Sr. Deputado Durval Amaral.

**O SR. DURVAL AMARAL**

Sr. Presidente, Srs. e Srs. Deputados.

Quero somente registrar aqui, agradecer ao nobre Líder do Governo, Natálio Stica, que as informações que passamos em caráter até extra-oficial, a solicitação que fizemos ao Procurador Geral, porque oficialmente só serão formuladas hoje essas indagações, tendo em vista que a Sessão ontem caiu por decurso de prazo, mas de qualquer forma o Dr. Sérgio Botto fez chegar ao Deputado Natálio Stica, graças à eficiência da Liderança do Governo que se prontificou já a prestar essas informações preliminares.

Claro que vamos analisar, mas de qualquer forma, agradecemos a gentileza e a celeridade da Liderança do Governo em prestar essas informações e também efetivamente, do Dr. Sérgio Botto.

São muitas as questões que indagamos. A nossa preocupação, não da Oposição pelo gosto da Oposição, mas é muito mais para alertar o Governo do Estado de equívocos que eventualmente poderia cometer. Razão pela qual, Sr. Presidente, estou agradecendo publicamente aqui a gentileza do Deputado Stica em prestar essas informações à Liderança das Oposições.

Muito obrigado!

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

PSDB, PDT, PT, PMDB, Liderança da Oposição, Liderança do Governo.

**(Declinam)**

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

## **ORDEM DO DIA,**

com a presença de 52 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, ofício subscrito pelo Sr. Governador do Estado, constante do expediente, solicitando a restituição à Casa Civil da Governadoria do texto da Proposta de Emenda Constitucional que versa sobre a extinção da Carreira Especial de Advogado do Estado e dispõe sobre outras providências, independentemente de votação em segundo turno por essa Casa de Leis. **À Diretoria de Apoio ao Plenário, para as providências cabíveis.**

Projeto de Lei de autoria do Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1201, de autoria do Deputado Natálio Stica, com apoio dos Deputados Duílio Genari, Delegado Bradock, Luiz Accorsi e demais Srs. Deputados, constante do expediente de Sessão anterior, solicitando a transformação da presente Sessão em Comissão Geral para votação dos Projetos de Lei nºs 207, 206, 081 e 076/2004. **Aprovado.**



**O SR. DURVAL AMARAL (Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, claro que a transformação do Plenário em Comissão Geral é um instrumento regimental; nós respeitamos. É um instrumento que a maioria tem e efetivamente vai fazer valer nesta manhã.

Entretanto, queria fazer um apelo à Mesa Executiva e muito especialmente a V. Exa. para que o nosso serviço de protocolo da Mesa, que já está há praticamente dois meses quebrado, no segundo semestre possa voltar a funcionar, até para que não haja dúvidas com relação aos requerimentos.

Ontem ainda tivemos um fato que não chegou a ser um incidente, mas que poderia se transformar, dependendo da condução, porque após o encerramento da Sessão foi apresentado à Mesa Executiva um requerimento, pedindo a prorrogação da Sessão. De tal sorte que, se tivermos, efetivamente, o serviço de protocolo autenticando cada requerimento com horário, enfim, isso dará uma segurança a todos nós Parlamentares.

Mesmo nessa questão da transformação do Plenário em Comissão Geral, não questiono, em hipótese alguma, até porque a palavra do Presidente tem fé pública. Se está submetendo em votação, é porque preencheu todos os requisitos e, foi apresentado na tarde de ontem.

Mas, seria muito bom, Sr. Presidente, se a partir do segundo semestre tivéssemos o protocolo à Mesa, para que todos nós, Parlamentares, possamos ter a tranquilidade necessária!

Muito obrigado!

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Respondendo a V. Exa., quero informar que já foi providenciada a aquisição e já foi adquirido. Realmente ficamos aí alguns dias sem, por causa dos ajustes, mas vou solicitar que lhe sejam enviadas as notas taquigráficas, informando da leitura desse requerimento na data de ontem.

**O SR. DURVAL AMARAL**

Sr. Presidente, não precisa! Sua palavra tem fé pública e me basta! Em hipótese alguma é necessário esse encaminhamento.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Muito obrigado!

Está em votação o requerimento. **Aprovado.**

Com relação à pauta, quero informar aos Srs. Parlamentares que está encerrada a discussão e estão sendo feitos os encaminhamentos.

Já encaminharam os Deputados Barbosa Neto, Valdir Rossoni, Ribas Carli e Elio Rusch.

**O SR. ELIO RUSCH**

Eu discuti.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Então, a palavra de V. Exa. também merece fé do Presidente.

Pela ordem de inscrição, se o Deputado Plauto estivesse aqui seria ele. Então, V. Exa. tem dez minutos para encaminhar.

**O SR. ELIO RUSCH**

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na verdade, não se fazia necessário o encaminhamento desse projeto de lei, uma vez que foi amplamente discutido na Sessão de ontem, mas, diante da notícia que saiu hoje no jornal Gazeta do Povo - acredito que em outros jornais também - em relação à dívida do Estado do Paraná, que chega a vinte bilhões de reais, embora a mesma notícia traga também que, desses vinte bilhões de dívida, mais de oito bilhões são de precatórios.

Então, a dívida, na verdade, do Estado do Paraná chega a doze bilhões de reais. Muito se fala da dívida, Deputado Fernando Ribas Carli, mas temos que lembrar agora o seguinte, que essa Mensagem enviada pelo Governo do Estado, que visa o aumento do capital do Governo do Estado junto à SANEPAR, não é aporte de nenhum recurso do Governo, do Tesouro, neste momento, junto à SANEPAR, mas apenas quitar uma dívida que a SANEPAR tem junto ao Governo do Estado de quatrocentos milhões de reais. Ora, se a dívida do Estado do Paraná chega a doze bilhões e só o crédito que o Estado tem da SANEPAR chega a quase quinhentos milhões de reais, logo, a dívida cai para onze bilhões e quinhentos milhões de reais.

Esse é o registro que devemos deixar aqui na Casa. E para que não fiquem dúvidas, como nós somos Presidente da Comissão de Finanças da Assembléia Legislativa, não exaramos o nosso parecer em relação a esse projeto, uma vez que não tínhamos em nosso poder todos os levantamentos que entendíamos necessários, e por essa razão o projeto está na Ordem do Dia para ser votado sem o parecer da Comissão de Finanças da Assembléia Legislativa.

E, o que o Governador do Estado disse na sua mensagem em relação a esse projeto encaminhado aqui na Assembléia Legislativa a certa altura o governador diz o seguinte - a modalidade de aumento de capital proposta é por subscrição particular, na medida em que se destina a quitar débito que a Companhia possui com o acionista controlador, ou seja, dívida que o Estado tinha junto à COPEL.

E mais adiante, num outro trecho, o Governador diz o seguinte - a Companhia ajustou com o Estado do Paraná a aplicação dos recursos oriundos do empréstimo obtido junto ao banco japonês para execução do chamado projeto PARANASAN, a partir de dezembro de 1998 - iniciam-se as deliberações de recursos para execução desse projeto, os quais foram contabilizados na SANEPAR como crédito do Estado do Paraná, para futuro aumento de capital na conta determinada.

Mais adiante diz mais - aí que vem a questão mais importante, - houve então uma repactuação para pagamento desses valores ao Estado do Paraná, pelo qual esta dívida e os demais créditos do Estado seriam pagos a partir do ano de 2005. O montante referente aos repasses do PARANASAN, a partir de dezembro de 2002, o montante relativo aos recursos da dívida referentes à COPEL.

E continuando a mensagem do Governo diz, - não pode a Companhia ficar com esta posição em aberto e por isso esta Diretoria fez a presente proposta de aumento de capital para eliminar esta dívida vultosa, valor em virtude das resoluções. Isso lhe permitirá evitar reflexos negativos no mercado acionário, trazendo, ainda, algumas vantagens.

E o que diz o Governo do Estado em relação ao dinheiro, à dívida que a SANEPAR tem junto ao Governo de onde é que sai este dinheiro? E de quando é a dívida da SANEPAR com o Estado? Do PARANASAN de 98 a 2001, 156 milhões de reais. De janeiro de 2002 a novembro de 2003, 185 milhões de reais. No mês de dezembro de 2003, 12 milhões de reais, dando o subtotal de 353 milhões, 965 mil reais.

Outros débitos que a SANEPAR tem com o organismo do Estado do Paraná/Copel, 25 milhões, 810 mil - saldo de dividendos, juros sobre capital próprio, 17 milhões 600 mil - subtotal de 43 milhões. Somando-se o débito da SANEPAR com o Governo do Estado, com a COPEL e de saldo de dívida, chegamos ao valor de 397 milhões 383 mil reais!

Porém, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Estado, na verdade, não aloca neste momento nenhum recurso junto à SANEPAR, mas deixa de receber o recurso dela para o cofre do Governo do Estado.

E, o que o Governo do Estado poderia fazer com estes 397 milhões de reais? Ao invés de aumentar as suas ações junto à SANEPAR, podia usar este dinheiro, como disse muito bem o Deputado Durval Amaral, o Deputado Valdir Rossoni, este dinheiro poderia ser usado para recuperar as rodovias, podia ser investido na Saúde que está precária no Estado do Paraná, podia ser usado na Segurança do Estado do Paraná, e o mais lamentável de tudo, Srs. Deputados, é que este dinheiro, este crédito que o Governo tem na SANEPAR, quase 400 milhões de reais, nunca alguém faz referência. Só falam da dívida do Estado do Paraná que chega a doze bilhões. E o créditos que o Estado tem? Dos Municípios, do PRAN, do Paraná Urbano e de outros organismos e de outras formas?

Ninguém fala disto, Sr. Presidente! Só fala-se da dívida! Esses 400 milhões de reais, ao invés de ser aplicado na SANEPAR, podia ser aplicado, Deputado Ailton Araújo, na educação, na saúde, nas estradas, na questão social do Paraná.

Então, ninguém venha querer dizer aqui que no Estado do Paraná está tudo belo e maravilhoso. Só falam da dívida! Ninguém fala do crédito que o Estado do Paraná tem!

Por esta razão é que fizemos este encaminhamento hoje ainda, e entendemos que não é necessário aprovar este projeto. Sabemos que o rolo será usado e a minoria esperneia e a maioria vota.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

O Deputado Plauto que tinha utilizado, quando foi feita a verificação, um minuto e trinta e oito, tem mais oito minutos e vinte e dois segundos.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Eu lhe agradeço, Sr. Presidente.

Ontem estávamos na tribuna questionando com relação ao procedimento do Governo do Estado do Paraná com relação aos dividendos que de direito é do Governo e ele não os retira desde os últimos dois anos, 2002 e 2003, perfazendo, Srs. Deputados, 88 milhões de reais que tem de dividendos na empresa SANEPAR e não os retirou. E ontem uma preocupação veio à tona: Por que o Governo não está retirando esses recursos que é de seu direito, porque as outras empresas privadas que são sócias da SANEPAR já receberam os seus dividendos?

Enfim, em cima disto nós estamos encaminhando um pedido de informações ao Sr. Secretário da Fazenda, sabendo por que é que não foi retirado e se tivesse sido retirado, Sr. Presidente, se teria sido suficiente para o pagamento do aumento salarial dos professores, retroativo ao mês de fevereiro. O Governo deixou claro que legalmente não é possível dar o aumento retroativo aos professores, porque, de acordo com a Constituição, estaria ultrapassando os limites constitucionais e isto impossibilitou-o de fazer o aumento retroativo.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, se o Governo tivesse recebido o que é de direito, os recursos dos dividendos da SANEPAR, o aumento da Receita Corrente Líquida iria acontecer e isso criaria a possibilidade, Deputado Tadeu Veneri de o Estado pagar retroativo o aumento dos professores. Como ele não retirou os 88 milhões de dividendos, que lhe é de direito, não teve aumento da Receita Corrente Líquida em segundo ele, não foi possível fazer com que o retroativo fosse pago.

Então, o pedido de informações está sendo encaminhado. Nós precisamos saber por que é que o Governo não está querendo os recursos que lá estão e fica claro para mim, e através deste pedido de informações nós vamos saber, por que é que o Governo não deu o aumento retroativo. Se tivesse recebido os dividendos seria possível, legalmente, o Governo fazer aos professores o aumento para o mês de fevereiro.

É isto, Sr. Presidente, estou encaminhando este pedido de informações para nós explicarmos e com certeza comunicarmos os professores da rede pública estadual do golpe que o Governo usa para não fazer com que aquilo que foi prometido do aumento retroativo, não viesse a acontecer.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Com a palavra, o Deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O projeto que nós estamos apreciando foi objeto, conforme já relatei, de um pedido de informação que levamos ao Dr. Sérgio Botto que, prontamente, através da Liderança do Governo, se propôs a responder às nossas indagações. Algumas questões parecem à Oposição muito relevantes.

Ainda ontem, à tarde, o Deputado Líder do Governo, Natálio Stica, foi muito gentil e cavalheiro conosco e efetivamente nos disponibilizou uma conversa por telefone com o Dr. Sérgio Botto, que é Procurador-Geral do Estado, quando indagávamos sobre algumas questões relativas a esse projeto de lei.

Efetivamente, o Dr. Sérgio Botto, naquela oportunidade, dava algumas informações que achávamos bastante equivocadas. Entretanto, com o nosso pedido de informação e com a resposta que veio agora por escrito, parece-me que o Governo, efetivamente está revendo a sua posição.

Ou seja, nós indagávamos o seguinte:

1) o Poder Executivo pretende respeitar os direitos de preferência dos acionistas, inclusive dos minoritários?

R: O Dr. Sérgio Botto responde que sim, integralmente, ou seja, o direito dos minoritários será respeitado pelo Governo do Estado.

2) Se os acionistas minoritários recorrerem ao Poder Judiciário não poderão obstaculizar o processo de aumento de capital social proposto pelo Governo?

R: Entende o procurador Geral do Estado, que em princípio não, na medida em que foram observados todos os critérios legais para a efetivação do aumento.

Com relação a isso, realmente tenho muitas dúvidas e acho que nós poderemos estar causando aí mais um passivo para o Estado do Paraná, dependendo principalmente se os minoritários não forem respeitados.

3) Caso esse processo se concretize, não poderão os acionistas minoritários pedir indenização por eventuais prejuízos?

R: Afirma que não vislumbra possibilidade de indenização.

4) Há risco de diluição do capital cotante com o aumento da participação dos sócios privados e consequente redução da participação do Governo no controle acionário da Companhia?

R: Não há o menor risco de diluição do capital votante. Estado e minoritários (obviamente, se estes exercerem o seu direito) manterão exatamente o mesmo percentual atual de participação.

Parece-me que aqui ainda persiste o equívoco por parte do Governo do Estado, porque o que ele está pondo à venda são as ações ordinárias. Como os minoritários

não podem, eles que estão na faixa de 12%. Como não estão sendo oferecidas outras ações que não as ordinárias, com toda a certeza, no item 01 nós perguntamos se o Governo deixaria ou permitiria que os minoritários exercessem o direito de preferência. O Procurador Geral do Estado disse que sim, que os minoritários poderiam exercer o direito de preferência, obviamente, Deputado Elio Rusch, como só estão sendo oferecidas ações ordinárias que dão direito a voto, e se ele responde o primeiro quesito que os acionistas minoritários poderão exercer o seu direito de preferência. Claro, resta que haverá diminuição do capital votante do Governo do Estado. Parece-me que ele responde de forma equivocada. Não obstante que haja diminuição, o Estado do Paraná continuará tendo a maioria do controle acionário se os minoritários participarem. Quer dizer que o Governo efetivamente está equivocado nesta questão.

Colocará em risco o controle acionário do Estado? Não colocará em risco! Gastará 400 milhões de reais desnecessariamente? Parece-me que sim, porque isso não muda substancialmente o perfil de endividamento da SANEPAR. Aí, parece-me o grande equívoco da assessoria jurídica do Governo do Estado.

5) Como foi fixado o valor de R\$ 1,95 por lote de mil ações e qual o estudo ou laudo que orientou essa decisão?

R: O Governo do Estado, através do Procurador diz o seguinte: Não há necessidade de laudo na medida em que o aumento se faz por proposta da Diretoria analisada pelo CADE e os órgãos técnicos dispõem do valor do patrimônio líquido e valor de mercado. Salienta-se que a SANEPAR é uma Companhia extremamente dinâmica, o que repercute na oscilação normal e constante do valor de suas ações.

Parece-me, também, um outro pequeno equívoco do Governo do Estado, porque esse laudo ou os critérios de fixação do valor da ação, é regulamentada pela Lei da Sociedade Anônima, no artigo 170 e o Governo efetivamente não obedeceu esses requisitos.

6) Ao item 6 que nós questionamos: qual a real razão que levou o Estado a propor esse aumento de capital? Existe algum estudo, de entidade isenta e idônea, que justifique esse aumento de capital? Uma pergunta mais política até, e não tão técnica. E ele responde: “o contrato entre a SANEPAR e o JBIC (Japan Bank for International Cooperation) previa expressamente que os valores seriam creditados pelo Banco Japonês de Fomento ao Estado do Paraná, que repassaria à SANEPAR, e que o crédito decorrente deste repasse seria utilizado para aumento de capital da SANEPAR, com subscrição das ações pelo Estado. Tanto é que tais valores estavam contabilizados na SANEPAR como AFAC (Adiantamento para Futuro Aumento de Capital). É uma resposta que nem questionamos, porque ela tem um caráter muito político.

E a sétima indagação: a SANEPAR, sendo uma sociedade anônima com ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo, não está submetida às normas estabelecidas na Lei das S/As nº 6404/76 com alterações posteriores?

O Governo respondeu através do Dr. Sérgio Botto: “sem dúvida alguma, a SANEPAR se submete e cumpre integralmente as normas da Lei nº 6404/76”, o que demonstra que existe razão na argumentação da Oposição de que o Governo, para fixar o valor de 1,95 reais, deveria ter estabelecido o que prescreve o artigo 170 da Lei nº 6404, que os minoritários poderão exercer o direito de preferência. Por consequência, o capital votante será diminuído a partir do momento em que eles exerçam o direito de preferência. Claro que se eles não o exercerem, aumentará ainda mais o controle do Governo do Estado sobre a SANEPAR, mas somente neste caso! Quer dizer, é jogar com uma hipótese que poderá não se concretizar. Então, razão pela qual a Oposição encaminha contrariamente à aprovação desse projeto. Respeita a decisão da maioria, nobre Deputado Accorsi, porque para mim não se trata de rolo compressor, trata-se de um instrumento legítimo da maioria ganhar as votações no Plenário desta Casa. Esses alertas, essas advertências nós tínhamos a obrigação de fazer.

E deixar aqui registrado, mais uma vez, que não fazemos Oposição pelo gosto da Oposição, mas queremos sempre que o direito das minorias seja respeitado. Podemos nos fazer valer do Regimento Interno que efetivamente é o guardião da democracia dos regulamentos desta Casa.

Então, é fundamental a participação incisiva, como teve ontem o nobre Deputado Hermas Brandão, quando conseguiu serenar a polêmica que se firmou com relação a uma manobra regimental da Oposição de encerrar a discussão após duas horas e meia de Sessão Extraordinária. Não podíamos, em hipótese alguma, admitir que após o encerramento da Sessão fosse convocada uma nova Sessão Extraordinária. Houve a interveniência do Presidente da Casa. Entendemos também a postura do Deputado Hermas Brandão, que somos tão poucos na Oposição, mas precisamos esses poucos serem respeitados para que possamos ter, no mínimo, um equilíbrio regimental na Assembléia Legislativa. Sabemos hoje que por mais fortes, mais lógicos, mais verdadeiros que são os nossos argumentos, não seriam esses argumentos capazes de demover o Governo do Estado deste afã de transformar esses 397 milhões de aumento de capital.

Mas, fica o registro da Oposição, do voto contrário. E clamando sempre para que esse instrumento que o Regimento Interno nos dá, seja respeitado sempre por todo e qualquer Parlamentar que esteja no exercício da Presidência desta Casa, porque só assim teremos motivação inclusive para alertar o Governo do Estado, para levar à sociedade paranaense através da imprensa, os equívocos que o Governo comete. Equívocos que poderiam ser evitados, como por exemplo a denúncia que

fazíamos no ano passado da burrice homérica que seria tentar a encampação das rodovias pedagiadas no Estado do Paraná, e agora, muito recentemente, o próprio Governo chega à conclusão, que a encampação não é um instrumento e um meio necessário, para proceder e para pôr fim ao contrato.

Sr. Presidente, clamar para que a minoria seja sempre respeitada, que o Regimento Interno da Assembléia Legislativa, com todas as suas falhas e lacunas, enquanto estiver vigorando, nós sejamos respeitados, porque só assim poderemos contribuir, como Oposição, para o fortalecimento da democracia no Estado do Paraná.

#### O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não tendo mais oradores inscritos para o encaminhamento, passamos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

#### **ITEM 01**

##### **VOTAÇÃO EM:**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 076/2004, de autoria do Poder Executivo- Mensagem nº 03/2004, que objetiva autorização para aumento do capital social da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, conforme especifica. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ. EMENDA MODIFICATIVA DA CCJ.**

##### **Aprovado.**

Verificação de votação, a pedido do Deputado Durval Amaral.

Chamada nominal, a pedido do Deputado Antonio Anibelli.

Solicito ao 1º Secretário, nobre Deputado Nereu Moura, para que proceda à chamada dos Srs. Parlamentares.

#### O SR. 1º SECRETÁRIO (**Nereu Moura**)

Procede à Chamada Nominal.

#### O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Quarenta e um Deputados responderam à chamada nominal.

Os Deputados que aprovam, queiram levantar-se. Vinte e sete Deputados aprovam.

Os Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

#### O SR. DURVAL AMARAL

Sr. Presidente, só para registrar o voto contrário dos Deputados Barbosa Neto, Durval Amaral, Elio Rusch, Fernando Ribas Carli, Luciano Ducci, Plauto Miró, Valdir Rossoni, Valdir Leite e Ratinho Júnior.

#### O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nove Deputados rejeitam. Está **aprovado**. Em 1ª discussão.

**O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)**

Só para anunciar à Assembléia Legislativa que estou apresentando um requerimento pedindo a transcrição nos Anais desta Casa do artigo veiculado hoje na Gazeta de Novo, sobre “A Assembléia tenta aprovar hoje aumento de capital da SANEPAR com várias irregularidades”.

É um artigo muito bem articulado que transcreve, todos os argumentos que a Oposição tem usado para tentar votar contra este aumento de capital. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Nós vamos apreciar no devido momento esta colocação de V.Exa.

**ITEM 02**

**REDAÇÃO FINAL** - do Projeto de Lei nº 360/2003, de autoria do Deputado Jocelito Canto, que dispõe sobre a prescrição de medicamentos genéricos nos estabelecimentos de sistema de saúde estadual e credenciados. **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL**  
**PROJETO DE LEI Nº 360/2003**  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Os profissionais que atuam nos estabelecimentos do sistema de saúde estadual e nos estabelecimentos por este credenciados ficam obrigados a prescrever na receita médica como forma opcional ao paciente, o medicamento genérico correspondente ao remédio de marca comercial.

Parágrafo Único - Somente poderão ser receitados, como opcionais, os medicamentos genéricos que estiverem em conformidade com a Legislação Federal e demais regulamentos atinentes à matéria.

Art. 2º - Caberá ao Poder Executivo Estadual no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação, a regulamentação da presente lei.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 28.06.2004.

(a) ADEMAR TRAIANO - Presidente e Relator

**ITEM 03**

**REDAÇÃO FINAL** - do Projeto de Lei nº 724/2003, de autoria do Deputado Francisco Bühner, que dispõe sobre a normatização da interrupção no fornecimento de água aos consumidores residenciais em inadimplência no Estado do Paraná nas datas que especifica e nas seguintes condições. **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL**  
**PROJETO DE LEI Nº 724/2003**  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica proibida a Companhia de Saneamento do Estado do Paraná - SANEPAR, de interromper a continuidade dos serviços aos consumidores residenciais inadimplentes, às sextas-feiras, sábados, domingos e nas datas que por determinação civil ou religiosa forem suspensos os serviços bancários e em suas vésperas.

Art. 2º - Fica proibido a Companhia de Saneamento do Estado do Paraná - SANEPAR, quando da suspensão do fornecimento de água a consumidores inadimplentes, de retirar o Cavalete e Hidrômetro na respectiva suspensão de serviço.

Art. 3º - A Companhia de Saneamento do Estado do Paraná - SANEPAR, deverá, através de Campanha de Utilidade Pública, informar com clareza, as normas de suspensão do serviço de abastecimento de água para o consumidor em inadimplência, determinando quantas são as parcelas e por quanto tempo podem permanecer em atraso de pagamento: bem como, determinar, após observados os prazos estipulados, em quanto tempo o serviço será suspenso.

Art. 4º - Fica proibido também, que a Companhia de Saneamento do Estado do Paraná - SANEPAR, aplique como multa punitiva, taxa de religação do serviço suspenso por falta de pagamento, para posterior fornecimento do mesmo, exceto por um prazo igual ou superior a 90 dias transcorridos de sua suspensão.

Art. 5º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28.06.2004.

(a) ADEMAR TRAIANO - Presidente e Relator

**ITEM 04**

**2ª DISCUSSÃO** - do Projeto de Lei Complementar nº 081/2004, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 008/2004, que altera dispositivos para instituição da modalidade “diárias” a título de indenização de despesas de alimentação. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. COM EMENDAS DE PLENÁRIO SEM PARECER.**

Existe Emenda sem parecer de Plenário, que foi transformado em Comissão Geral.

Designamos o Deputado Bradock para dar o parecer.

Consulto o nobre Deputado Durval Amaral se vai encaminhar antes do parecer. Tem o parecer favorável da CCJ. Consulto V. Exa. se vai encaminhar ou não.

**O SR. DURVAL AMARAL (Para encaminhar)**

Sr. Presidente, o meu encaminhamento é no sentido de consultar a Liderança do Governo se a Emenda da Oposição será acolhida, tendo em vista que esse ajuste que está sendo pretendido nas diárias nós estendemos como devido, mas estamos propondo que ele entre em vigor a partir de 01 de novembro, por uma questão muito simples: estamos em ano eleitoral. Sabemos que o Governo não tenderá usar isso na época da eleição como maneira de instrumentalizar as campanhas eleitorais no interior do Paraná, mas em época de campanha eleitoral, temos consciência também que aumenta muito o número de Secretários, de funcionários graduados que em função de suas atividades têm que se deslocar pelo Estado do Paraná.

Então, queremos consultar a Liderança do Governo para saber se a nossa Emenda - como esse não deve ser o objetivo do Governo do Estado, de aumentar as vantagens dos funcionários públicos estaduais em função da campanha eleitoral, nós vamos encaminhar favoravelmente desde que a nossa Emenda seja acolhida, ou seja, entre em vigor essa modificação a partir de 1º de novembro. Aí, teremos a convicção e a clareza que esse benefício não será instrumentalizado na campanha política.

Agora, se a Liderança do Governo entender que a nossa Emenda será derrubada, ficará muito claro que isso será um instrumento para engordar os vencimentos daqueles funcionários que se deslocarão no período eleitoral pelo Estado do Paraná. E, passaremos a denunciar isso, e vamos encaminhar contrário à aprovação desse projeto.

Então, vou aguardar da Liderança do Governo sobre o acolhimento da nossa proposta e depois os demais Parlamentares de Oposição, se for o caso, encaminharão contrariamente.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Consulto o Deputado Natálio Stica, Líder do Governo.

**O SR. NATÁLIO STICA**

Vamos ouvir o Deputado Mário Bradock, mas a nossa indicação é para não ter acordo nessa matéria e votaremos contra a Emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

O Deputado Mário Bradock vai relatar a constitucionalidade, não o mérito da Emenda.

**O SR. DELEGADO BRADOCK**

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o parecer do Projeto de Lei nº 081/2004 oriunda de mensagem governamental, o projeto de lei em análise cria central de viagens junto à Secretaria de Estado da Administração e da Previdência para prestar o serviço especializado nas questões que envolvam despesas com viagens em interesse do Estado. A medida não implica em acréscimo das atuais

despesas de hospedagem e alimentação, haja vista que a mudança proposta nasce somente na forma de concessão. Chamado esse Plenário a manifestar-se na forma de Comissão Geral, verificamos que não obsta a sua aprovação pelo que somos de parecer favorável.

Portanto, Sras. e Srs. Deputados, nada obsta quanto a constitucionalidade do projeto de lei em nosso relatório.

Era isso, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Está em votação o parecer do Deputado Mário Bradock, pela constitucionalidade da Emenda.

Deputado Durval, o Deputado Mário Bradock deu parecer favorável à constitucionalidade na Emenda.

Então, nós vamos votar o parecer da constitucionalidade, depois, a emenda.

Os Deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado o parecer.**

Está em discussão o projeto, ressalvada a emenda.

Deputados que aprovam, permaneçam como estão.

**Aprovado.**

Está em votação a emenda. Os Deputados que a aprovam, permaneçam como estão. **Rejeitada a emenda.**

**O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)**

Verificação de votação, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Será feita a verificação de votação por solicitação do Deputado Durval Amaral.

Os Deputados que aprovam a emenda, queiram levantar-se.

Oito Deputados aprovam.

Os que rejeitam, queiram levantar-se.

Trinta e um Deputados rejeitam.

**Está aprovado o projeto, artigo por artigo.**

**ITEM 05**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 207/2004, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que dispõe sobre a ampliação dos contratos de concessão e arrendamento efetuados com órgãos da administração indireta do Estado. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. COM EMENDAS DE PLÊNARIO SEM PARECER.

Designo o Deputado Bradock para relatar as emendas.

**O SR. DELEGADO BRADOCK**

**(Lê parecer)**

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Em votação o parecer do Deputado Bradock.

Seu parecer é pela constitucionalidade das emendas. Está em votação o parecer.

**O SR. VALDIR ROSSONI (Para Encaminhar)**

Encaminho contrário ao parecer do Deputado Braddock. Temos o entendimento que esta lei proposta por V. Exa. é estar legislando em cima do patrimônio público federal. E não temos poderes para legislar em cima do patrimônio da União.

O nosso posicionamento é contrário.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Fica registrado.

Em votação o parecer. **Aprovado**, com voto contrário do Deputado Valdir Rossoni.

Votaremos o projeto, ressalvadas as emendas.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão.

Para encaminhar, Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI

Tenho um profundo respeito por V. Exa. mas acredito que não deveríamos votar este projeto.

Primeiro, porque estamos legislando em cima do patrimônio da União.

Segundo, porque há um parecer do Tribunal de Contas sobre as concessões do Porto de Paranaguá, pois foram irregularmente concedidas.

Gostaria de fazer um apelo a V. Exa., porque a CPI está fazendo um amplo levantamento. Estaremos recebendo hoje toda a documentação do Porto de Paranaguá, onde iremos auditar as contas. E, após este auditamento, poderemos até votar essa questão, mas temos tudo contra esse projeto.

Terceiro, acredito que esta Casa, para não retirar a autoridade da CPI do Porto de Paranaguá, não deveria votar esse projeto.

Não tenho dúvida que teremos que nos socorrer à Justiça para que esse projeto não tenha validade, se aprovado.

Por isso, peço aos nossos valentes soldados, poucos, mas valentes, que votemos contra esse projeto.

Nada pessoal contra o presidente, mas sim, sobre o mérito e a constitucionalidade. É completamente inconstitucional!

Sobre a questão do mérito, nós temos uma CPI fazendo todo o levantamento de possíveis irregularidades no Porto do Paranaguá. Não temos por que votar esse projeto no afogadilho porque estaremos, de repente, regularizando algo que foi feito irregularmente pela APPA.

O Tribunal de Contas já se manifestou, eu sei da necessidade dos dutos para atender às cooperativas; compreendo essa situação. Acho que é necessário haver uma forma de atender às cooperativas, nada contra, até por que esses dutos - se tratados de forma legal - podem ser tratados, mas, infelizmente, o Porto de Paranaguá, com muita pressa, agiu de forma irregular; o Tribunal de Contas deu parecer contrário.

Não estamos discutindo a necessidade ou não, mas acho que o Porto de Paranaguá - em um ano e meio já

teve tempo suficiente para corrigir as irregularidades - licita essa questão, e aí sim, de forma regular, poderemos aprovar esse projeto.

Então, eu, pessoalmente, tenho posição contrária e a nossa CPI, certamente, se posiciona contrária também, porque nós traremos os documentos aqui para comprovar essa irregularidade.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nobre Deputado Valdir Rossoni, respeito a posição de V. Exa. e, na realidade, a apresentação do meu projeto foi no sentido de normalizar uma situação que foi conduzida de forma errada pela Administração do Porto.

Nós não podemos penalizar uma cooperativa que investiu oito milhões de reais lá, que foi intimada, inclusive pelo Superintendente do Porto, para demolir o investimento que foi feito. Então, com esse projeto buscamos, normalizar essa situação. Não temos que esconder nada; a realidade é essa, eu acho que todas as irregularidades que a CPI está levantando no Porto serão trazidas à Assembléia e, provavelmente, à Justiça, e a Assembléia dará todo respaldo à CPI para que possa fazer um brilhante trabalho, como está sendo feito.

Eu recebo um requerimento do Deputado Valdir Leite, com data de hoje, pedindo a retirada do projeto de lei por dez Sessões.

Infelizmente, o artigo 159 fala o seguinte, nobre Deputado Valdir Leite: “antes de ser iniciada a discussão de um projeto será permitido o seu adiamento, que não excederá a dez Sessões e por uma única vez, mediante requerimento escrito e assinado por Deputado”.

Como já estamos no processo de votação, já foi inclusive iniciada a votação, fica indeferido o seu pedido, mas para tornar mais democrática esta Casa, vou colocar em votação o requerimento de V. Exa., mesmo ferindo o Regimento.

Está em votação o Requerimento nº 1231, de autoria do Deputado Valdir Leite, solicitando a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 207/2004 por dez Sessões. Os Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Rejeitado**.

Está em votação o projeto, ressalvada...

O SR. WALDIR LEITE

Sr. Presidente, já está em discussão o projeto antes das Emendas?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

O projeto está em votação, posteriormente, as Emendas.

O SR. WALDIR LEITE

Certo! Continuando na discussão, já venho comentando com o nobre autor do projeto a polêmica que está acontecendo, até mesmo em Paranaguá e em outros lugares, das pessoas que têm interesse no Porto e também

querem participar em igualdade de condições com os demais nas eventuais concessões que lá acontecem.

Eu ainda não consegui, na verdade, entender de forma clara o projeto de lei, quando ele fala aqui que fica permitida a ampliação dos contratos de concessão e arrendamento efetuados com Órgãos da Administração Indireta do Estado, desde que conservadas as condições contratuais originais e não ultrapasse a 100%.

Não entendendo porque se conservadas as condições originais, não poderia ter modificações. E essa ampliação, no sentido que está colocado aqui, pode ampliar até o prazo. Se a concessão for por dez anos, conforme o entendimento, até no prazo de dez anos pode ser prorrogado. E a própria Constituição Federal, no seu artigo 22, fala que as normas gerais de licitação e contratação em todas as modalidades para a Administração Pública Direta e Indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público nas diversas áreas de Governo.

Então, como bem fala o nosso Regimento, nas questões das proposições, que nós só poderemos apresentar proposições em matéria que compete à Assembléia Legislativa, vejo que estamos fugindo de forma clara da nossa competência, Sr. Presidente!

Gostaria de deixar clara a minha posição contrária a esse projeto, haja vista que até mesmo a justificativa do projeto diz o seguinte: “estamos apresentando o presente projeto de lei com o objetivo de proporcionar maior flexibilidade aos contratos de concessão e arrendamentos efetuados com Órgãos da Administração Indireta do Estado do Paraná, procurando trazer melhores condições na execução do mesmo, desde que conservadas as condições contratuais originais”, que é a mesma dúvida que tenho! Conservadas as condições contratuais originais, não temos como mudar!

E outra questão que tenho bastante dúvida é que, se o intuito do projeto é flexibilizar ou melhorar as condições ou facilitar o trabalho dos administradores, o porquê da retroatividade de 360 dias, haja vista que esses mesmos contratos estão sendo investigados pela CPI, como bem foi levantado pelo Deputado Durval Amaral.

Então, como membro integrante da CPI, como proponente, autor da idéia da CPI, fico numa condição bastante difícil favoravelmente a esse projeto, até porque entendo que é totalmente irregular e fere até os trabalhos da própria CPI, já que um dos motivos pelos quais foi proposta a CPI, foi justamente as concessões irregulares sem licitação.

Portanto, sou contrário, voto contrário, respeitando o autor do projeto.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermes Brandão**)

Fica registrada a posição de V. Exa.

Em votação o projeto. Os Deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. DURVAL AMARAL

Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermes Brandão**)

Os Deputados que aprovam o projeto, queiram levantar-se.

Vinte e seis Deputados aprovam; sete rejeitam.

Votação às Emendas.

O SR. DELEGADO BRADOCK

Gostaria de deixar claro que a Emenda nº 6 foi a única aprovada pelo nosso relatório, do laureado Deputado Durval Amaral que sanou, dentro da sua experiência, qualquer vício que pudesse conter quando a constitucionalidade.

Queria aqui festejar e dizer ao Deputado Durval Amaral que aceitaria a aprovação da Emenda nº 6 desse projeto. E as demais rejeitadas, é óbvio.

O SR. DURVAL AMARAL

Muito obrigado pelas palavras, nobre Deputado Bradock. A recíproca é verdadeira.

O SR. PRESIDENTE (**Hermes Brandão**)

Em votação a Emenda nº 01.

**(Lê a Emenda)**

**Rejeitada.**

Emenda nº 02.

**(Lê a Emenda)**

**Aprovada.**

O SR. NATÁLIO STICA

Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermes Brandão**)

Será procedida a verificação de votação.

Os Deputados que aprovam, queiram levantar-se.

**Rejeitada**, por unanimidade, pela ausência do autor.

Emenda nº 03.

**(Lê a Emenda)**

**Rejeitada.**

O SR. VALDIR ROSSONI

Para justificar o voto, Sr. Presidente, até porque estou vendo aqui a falta de solidariedade da Bancada do Governo em votar junto com as Emendas do Deputado Neivo, que é um aliado do Governo.

O SR. PRESIDENTE (**Hermes Brandão**)

Fica registrado.

Emenda nº 04.

**(Lê a Emenda)**

**Rejeitada.**

O SR. DURVAL AMARAL

Verificação de votação.



O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Será procedida a verificação de votação.

Deputados que aprovam a Emenda, queiram levantar-se.

Oito Deputados aprovam.

Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

Vinte e oito Deputados rejeitam.

Está **rejeitada**.

Emenda nº 05.

(**Lê a Emenda**)

**Rejeitada.**

O SR. DURVAL AMARAL

Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Será procedida a verificação de votação.

Os Deputados que aprovam a Emenda, queiram levantar-se. Nove Parlamentares aprovam.

Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

Vinte e oito Deputados rejeitam.

Está **rejeitada**.

Emenda do Deputado Durval Amaral.

O SR. NATÁLIO STICA (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, atendendo e respeitando a posição do Deputado Bradock e concordando com as palavras em relação ao posicionamento do Deputado Durval Amaral, vamos encaminhar favorável à Emenda do Líder da Oposição.

O SR. DURVAL AMARAL (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, quero agradecer o encaminhamento favorável do Líder do Governo, Deputado Stica, para firmar a nossa posição, minoritária, aqui na Assembléia Legislativa.

Nós votamos efetivamente contra o projeto de lei; entendemos que o nosso pedido de informação deveria ter sido respondido previamente. Entretanto, já que a aprovação era eminente, entendemos que seria oportuno, pelo menos, tirarmos esse vício de constitucionalidade que estava colocado, onde o concessionário e o poder concedente poderiam, ao firmar contrato com a iniciativa privada, reger-se única e exclusivamente pelo direito privado, o que seria de uma flagrante inconstitucionalidade e ilegalidade, razão pela qual apresentamos efetivamente o contrato entre concessionária e o poder concedente, e terceiros, vai ter que se firmar obviamente, pelo direito público.

Essa é a boa norma do Direito e eu agradeço também as palavras aqui do Deputado Bradock, que efetivamente reconhece a constitucionalidade e a legalidade. E poderíamos assim dizer, uma Emenda saneadora ao projeto de lei do nobre Deputado Hermas Brandão, nosso Presidente da Casa.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em votação a Emenda do nobre Deputado Durval Amaral.

Os Deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovada.**

Vou transmitir a Presidência ao Deputado Augustinho Zucchi, por alguns minutos, porque eu estou recebendo o Embaixador que está no salão nobre.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

## ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 167/2004, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que autoriza o pagamento do imposto sobre Transmissão *Causa Mortis* e doação de quaisquer bens ou direitos, criados pela Lei nº 8.927, de 28.12.88, alterada pela Lei nº 10.064, de 17.07.92, com precatórios de natureza alimentícia. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado. (Publ. no DA. nº 039/2004, de 20.05.2004).**

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 167/2004

### P A R E C E R :

A proposta de lei em apreço, de autoria do nobre Deputado Hermas Brandão, objetiva autorizar o pagamento dos débitos decorrentes do Imposto sobre a Transmissão *Causa Mortis* e Doações de Quaisquer Bens ou Direitos, instituído neste Estado pela Lei 8.927/88, com precatórios de natureza alimentícia.

Cotejada a proposição com as normas constitucionais e infraconstitucionais que regem o ITCMD e o instituto dos precatórios de natureza alimentícia, constata-se que nenhum impedimento obsta a sua aprovação. Também porque, sob o aspecto formal, foram respeitadas as diretrizes para elaboração legislativa traçadas Lei Complementar 97/0, além daquelas de ordem regimental previstas no Regimento Interno desta Casa.

Ante o exposto, esta Comissão de Constituição e Justiça emite parecer favorável, ao presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 22.06.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
DURVAL AMARAL - Relator

## COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 167/2004

### P A R E C E R :

O presente plano de lei é da lavra do Deputado Hermas Brandão, que objetiva autorizar o pagamento do Imposto Sobre Transmissão *Causa Mortis* e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos, criado pela Lei nº 8.927, de 28.12.88, alterada pela Lei nº 10.064, de 17.07.92, com precatórios de natureza alimentícia.

A Comissão de Constituição e Justiça, já emitiu, quanto à constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, o devido parecer favorável.

Chamada a opinar esta Comissão de Finanças, de acordo com o que preceitua o artigo 33 em seu parágrafo 3º do Regimento Interno desta Casa de Leis, entende este relator, analisando a matéria, que podemos observar na própria justificativa do autor a importância da aprovação de tal propositura.

Sendo assim, não encontramos nada que possa obstaculizar a sua normal tramitação pelo demais órgãos desta Casa de Leis. Razão pela qual, opinamos favoravelmente à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.06.2004.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

## ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 206/2004, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que altera a Lei nº 14.363, de 28.04.2004, (Programa Bom Emprego). COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado. (Publ. no DA. nº 046/2004, de 25.05.2004).**

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 206/2004

#### P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 206/2004, de autoria do nobre Deputado Hermas Brandão, ora sob exame nesta Comissão de Constituição e Justiça, visa alterar a Lei nº 14.363/2004, para permitir que os contribuintes beneficiários dos programas. Bom Emprego: Paraná Mais Empregos e do PRODEPAR quitem seus débitos decorrentes do ICMS, com créditos acumulados desse mesmo tributo, no próprio estabelecimento ou recebido de terceiros e ainda, mediante compensação com precatórios do Estado do Paraná. Nesta última hipótese, o crédito será inscrito em dívida ativa sem a retroação da multa e dos juros aos termos iniciais do rito sumário, conforme previsto no artigo 1º da lei referida.

Confrontado o esboço de lei com ditames constitucionais, legais e regimentais, constata-se que o mesmo está em condições de receber parecer favorável desta Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, em 22.06.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DURVAL AMARAL - Relator

### COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 206/2004

#### P A R E C E R :

O presente plano de lei é da lavra do Deputado Hermas Brandão, e objetiva alterar a Lei nº 14.363, de 28 de abril de 2004, (Programa Bom Emprego).

Como podemos observar, a Comissão de Constituição e Justiça, já emitiu, quanto a constitucionalidade,

legalidade e técnica legislativa, o devido parecer favorável.

Chamada a opinar esta Comissão de Finanças, de acordo com o que preceitua o artigo 33, em seu parágrafo 3º do Regimento Interno desta Casa de Leis, entende este relator, analisando a matéria, que a medida é por demais justa e irá ampliar os benefícios da lei acima-citada.

Desta forma, não encontramos nada que possa obstaculizar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis.

Razão pela qual, opinamos favoravelmente à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.06.2004.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

## ITEM 08

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 18/2004, de autoria do Deputado Barbosa Neto, que sugere a duplicação da Rodovia Angelina Ricci Vezzoso, na cidade de Londrina. COM PARECER FAVORÁVEL DA COPTC. **Aprovada. (Publ. no DA. nº 042/2004, de 17.05.2004).**

### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES À INDICAÇÃO Nº 018/2004

Para análise desta Comissão o projeto de lei de iniciativa do Deputado Barbosa Neto, Indicação nº 18/2004, sugere a duplicação da Rodovia Angelina Ricci Vezzoso, na cidade de Londrina, na ligação da Rodovia Melo Peixoto (BR 369), à região norte da cidade, conhecida como os “Cinco Conjuntos”.

Busca o autor transferir para o Estado a responsabilidade de conservação e manutenção de estrada, que não informa se é municipal.

“Como custa caro sermos pobres”.

A malha rodoviária do Paraná é de aproximadamente 118 mil quilômetros de rodovias, entre não municipais - federais e estaduais e municipais. Aproximadamente 16 mil quilômetros de rodovias são “não municipais”, dos quais 13 mil já são pavimentados.

Muitos destes pavimentos já estão desaparecendo, tendo passado da vida útil de 8 anos. Alguns há 16 anos não receberam correta conservação e recapeamento.

Dos 13 mil quilômetros, 10 mil já são de responsabilidade do DER do Paraná. Sabemos que, 2,3 mil estão incluídos na polêmica concessão das chamadas “rodovias pedagiadas”. Há perto de 2 mil quilômetros de rodovias não pavimentadas estaduais.

O Estado possui ainda 102 mil quilômetros de rodovias municipais, dos quais, 95,5 mil não são pavimentadas.

Há trechos crônicos de grande estresse político que, durante anos - décadas, permaneceram na aspiração da população, tais quais: a estrada Toledo - Quatro Pon-

tes. Corumbataí - Jotaesse. Wenceslau Braz - Siqueira Campos, sem falar da problemática conservação das rodovias na região do arenito do Caiuá, no Noroeste, onde o solo é fino e desagregado.

De 1995 a 2002, as estradas decaíram; a malha rodoviária está em profundo abandono. De maneira que parece difícil dar ao DER mais um trecho de obrigação para construção, conservação e manutenção.

A ressalva favorável é que a instalação em passado recente de grandes indústrias da região, quais a Dixie Toga e a Metalúrgica Atlas provocou intensificação de tráfego e aumento do número de acidentes, inclusive daqueles lamentavelmente fatais. Seria interessante colocar a obra sonhada na previsão orçamentária futura, em parceria entre o Estado e o Município de Londrina, quem sabe, num financiamento externo.

Somos, com estas ressalvas, ainda assim, pela prosperidade da indicação - informando-se, desde já, a Secretaria dos Transportes a opinião favorável desta Comissão da Assembléia.

Sala das Sessões, em 22.06.2004.

(a0) RAFAEL GRECA - Presidente e Relator.

## ITEM 09

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 020/2004, de autoria do Deputado Nelsinho Dal Santos, que propõe a estadualização da estrada municipal que liga o trecho do Distrito de Jaciaba ao Município de Prudentópolis. COM PARECER FAVORÁVEL DA COPTC. **Aprovada.** (Publ. no DA. nº 049/2004, de 01.06.2004).

### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES INDICAÇÃO Nº 020/2004

#### P A R E C E R :

Chamada a manifestar-se a respeito da Indicação nº 020/2004, de autoria do Deputado Nelsinho Dal Santos, que propõe a estadualização da estrada municipal que liga o trecho do Distrito de Jaciaba ao Município de Prudentópolis, esta Comissão apresenta parecer favorável à mesma, tendo em vista tratar-se de uma estrada importante, utilizada diariamente para o transporte escolar, e também para o escoamento da produção de feijão, fumo, mel, soja, milho e agropecuária.

Sendo o elo de ligação para os Municípios de Cândido de Abreu e Turvo, é importante para o desenvolvimento da região que esta estrada seja estadualizada.

Favorável é o parecer.

Sala das Comissões, em 22.06.2004.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente  
FRANCISCO BÜHRER - Relator.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1211, de autoria dos Deputados Durval Amaral e Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. NATÁLIO STICA (Pela Ordem)

Senhor Presidente, esse requerimento foi entregue ontem, embora não votado, porque foi levantada a Sessão, mas já foi dado a resposta ao Deputado Durval Amaral.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Solicito ao Deputado Durval Amaral se mantém o requerimento ou pode retirá-lo?

O SR. DURVAL AMARAL

Pode manter, porque ele tem uma síntese muito grande. Então acho que ele pode fazer uma resposta mais completa.

Requerimento nº 1224, de autoria do Deputado Durval Amaral, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

O SR. DURVAL AMARAL

Sr. Presidente, eu retiro o Requerimento. "A Inês é morta", o projeto já foi votado; ele e os demais.

Requerimento nº 1225, de autoria do Deputado Durval Amaral, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Requerimento nº 1226, de autoria do Deputado Durval Amaral, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Requerimento nº 1212, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1213, de autoria do Deputado Durval Amaral, constante do expediente. **Aprovado. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).**

Requerimento nº 1214, de autoria do Deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1215, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).**

Requerimento nº 1216 a 1218 e 1220, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1219, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1221, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1222, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1223, de autoria dos Deputados Plauto Miró Guimarães, Elio Rusch e Durval Amaral, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1227 a 1230, de autoria do Deputado Felipe Lucas, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando uma Sessão Extraordinária para logo após o término da presente, com a seguinte

### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 725/2003, 145, 156 e 213/2004.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 076, 167, 206/2004.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 075/2004.

Levanta-se a Sessão.

### Transcrições:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADO A REQUERIMENTO DO DEPUTADO ANTONIO ANIBELLI EM SESSÃO DO DIA 29 DE JUNHO DE 2004.

#### “Leonel Brizola, Coragem e Coerência”

Léo de Almeida Neves

Leonel Brizola, o menino engraxate que se formou engenheiro civil, jamais será esquecido por ter pautado sua existência pela coragem cívica, coerência na luta pelos ideais nacionalistas, obsessão pelas soluções no campo da educação e pelo seu total devotamento à política e aos interesses do povo brasileiro.

Prefeito eleito de Porto Alegre aos 33 anos e Governador gaúcho aos 36 anos, coube-lhe protagonizar o episódio épico, único da história brasileira, em que uma liderança civil derrotou Ministros militares golpistas, em agosto/setembro de 1961, após a renúncia do Presidente Jânio Quadros. Os Ministros Grum Moss (Marinha), Silvio Heck (Aeronáutica) e Odylo Denys (Exército) estavam vetando a posse do Vice-Presidente João Goulart, que estava na China comunista de Mao-Tse-Tung, e proibiram seu retorno ao Brasil, sob pena de prisão.

Brizola montou o seu quartel-general no Palácio Piratini, instalou a Cadeia da Legalidade (rádios do Rio Grande do Sul e progressivamente de todo o país), convocou o povo a agrupar-se e deu o brado de guerra em favor da Carta Magna e da sucessão pelo Vice-Presidente. Com destemor, arriscou a carreira política e a própria vida, mas venceu com a adesão à tese

democrática do General Machado Lopes, comandante do 3º Exército.

Nacionalista, conseguiu que a PETROBRAS construísse a refinaria Alberto Pasqualini, próxima a Porto Alegre, porém seu gesto de maior repercussão foi a encampação das subsidiárias das companhias norte-americanas de telefonia (ITT) e de energia elétrica (AMFORP), com pagamento pelo valor histórico do investimento, resultando em conflito com o governo estadunidense que se prolongou pelo Governo João Goulart e só teve epílogo no regime militar.

Na chefia do Executivo gaúcho, Leonel Brizola doou terras herdadas de seu sogro, Vi-cente Goulart, para projeto de reforma agrária, executando alguns programas bem-sucedidos, com criteriosa seleção dos agricultores sem-terra, que receberam assistência técnica e sementes selecionadas, assistidos por patrulhas moto-mecanizadas para preparo do solo e colheita, contando ainda com financiamento de custo da então Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (CREAI) do Banco do Brasil.

A grande marca administrativa de Leonel Brizola foi na educação, quando cobriu o déficit de todas as regiões gaúchas, edificando 6.302 escolas e aprimorando a formação do professorado.

Consagrando-se em 1962 Deputado Federal (PTB) mais votado do Brasil pelo Rio de Janeiro, empenhou todas suas energias na aprovação das reformas de base propostas pelo Presidente João Goulart. O golpe de 1º de abril de 1964, obrigou-o ao exílio no Uruguai, de onde tentou infrutiferamente organizar movimentos para derubar a ditadura. Os militares brasileiros exigiram que o governo uruguaio, o confinasse e, depois, que fosse expulso do país. Ele partiu para os Estados Unidos, contatando dirigentes do Partido Democrata pregando o fim do discricionarismo no Brasil, seguiu para a Europa fixando residência e se articulando com os principais líderes socialistas e da social democracia, sendo escolhido Vice-Presidente da Internacional Socialista, função que exerceu até sua morte.

Refundou o Partido Trabalhista Brasileiro no Encontro de Lisboa, em setembro de 1979, que reuniu exilados e trabalhistas daqui. Voltou do exílio, organizou o PTB em todos os Estados, todavia perdeu a sigla para a ex-Deputada Federal Ivete Vargas, em manobra urdida pelo General Golbery do Couto e Silva, o mago da Ditadura. Revelando tenacidade, força e voz de comando, organizou o PDT em 1980 e se elegeu governador do Rio de Janeiro por duas vezes, em 1982 e 1990.

Sua principal obra foi a construção de 500 Centros Integrados de Educação Pública CIEPS, projeto do arquiteto Oscar Niemeyer, execução do engenheiro José Carlos Sussekind e concepção educacional do antropólogo Darcy Ribeiro, fundador da Universidade de Brasília.

Escola de tempo integral, proporciona aos alunos excepcional qualidade de ensino, apoio ao esporte e atividades recreativas e culturais, além de fornecer-lhes o café da manhã, almoço e lanche à tarde. Seu sonho ao

candidatar-se à Presidência da República era espalhar os CIEPS por todo o Brasil, não deixando meninos na rua e crianças sem escola.

Outra obra marcante de Brizola foi o Sambódromo no Rio de Janeiro, novamente projeto de Niemeyer e engenharia de José Carlos Sussekind. Todo ano se repete a mais esfuziante festa popular do mundo, ajuntamento de pobres e ricos e inigualáveis atrações turística. A construção da Via Vermelha, ligando o Aeroporto Internacional do Galeão ao centro do Rio de Janeiro é outra realização de realce do governo pedetista.

Mais que tudo, o líder e estadista Leonel de Moura Brizola, exclusivo personagem que governou pelo voto dois importantes Estados da federação, sempre será lembrado pela sua coerência, probidade e defesa infatigável dos princípios nacionalistas e do trabalhismo de Vargas, Goulart e Pasqualini, que objetiva alcançar o fim da miséria e das desigualdades sociais e a transformação do Brasil em potência mundial.

Léo de Almeida Neves e ex-Deputado Federal e ex-Diretor do Banco do Brasil. Autor dos Livros: “Destino do Brasil: Potência Mundial”, Editora Graal, RJ. 1995, e “Vivência de Fatos Históricos”. Editora Paz e Terra, SP. 2002.

### “O Último Trabalhista”

Carlos Nasser

Quinze anos de exílio, Chego no Hotel Roosevelt e aviso na portaria. Dr. Brizola desce com aquele sorriso de sempre, mão estendida, sotaque inconfundível e já pergunta: “Como vai o nosso Brasil?” Um homem honesto, vivia com D. Neusa, a filha Neusinha e uma neta, num só quarto, onde estava o fogão em que cozinhavam diariamente.

Sáímos para passear e falar de política. Era verão e N. Iorque estava agradável. Compramos laranjas para comer na caminhada. Era um homem simples. Conheci Brizola na casa de Paulo Francis que me recomendou como um “jovem político preparado”, coisas de amigo. Durante horas raciocinamos sobre a famosa abertura “lenta e gradual” do General Golbery e até onde poderiam chegar os riscos de retornar ao exílio. Afinal, Brizola era o único líder carismático, com demonstrações explícitas de coragem na oposição ao regime militar. Era um homem determinado e de convicções inarredáveis.

No escritório de Francis, iniciamos o que seria o discurso triunfal de retorno. Lembro-me do começo: Brizola voltaria via Foz do Iguaçu (que o fez), nãoalaria nada, voaria até São Borja, no Rio Grande do Sul, e no cemitério faria o discurso “Aqui estou eu, Leonel de Moura Brizola, no túmulo de Getúlio Vargas, para levantar de novo a bandeira do trabalhismo e levar o povo de volta ao poder”. Continuava.

Andando e comendo laranja, Brizola me disse: “Vocês fizeram um discurso maravilhoso, mas infelizmente não posso usá-lo.” E continuou com a voz pausada: “Não é assim que devo voltar. Tenho que ser

prudente, como quem chega a um baile no interior, não posso dançar logo com a miss. Primeiro tenho que dançar com a gordinha, depois com a desajeitada e só lá na frente, no fim do baile, danço com a mais bonita. Senão me botam para fora da festa”. “Carlos, lembre-se que os militares ainda estão no poder”. Brilhante raciocínio político/social de um homem e que se engrandeceu ainda mais no exílio. Depois fomos almoçar no Sparks, um dos melhores restaurantes de N. Iorque, carne especial e um belo vinho, junto com o Rafael de Almeida Magalhães, que pagou com o cartão da Folha de São Paulo.

O tempo passou, Brizola se elegeu e foi em frente, sempre coerente com suas idéias voltadas para os menos favorecidos, principalmente para a educação do povo pobre. Entre vitórias e derrotas, jamais cedeu em seus princípios, o Estado como árbitro do conflito de classes, no “socialismo moderno” na proteção do país com a disciplina do capital predador e desumano. Concorde ou discordem, mas aceitem, como eu, um homem público raro, digno e corajoso, num país devastado pela corrupção, ignorância e o oportunismo político.

Agora, quando Álvaro Dias foi expulso do PSDB pelo grupo do Fernando Henrique por assinar a CPI da corrupção, fomos conversar com o Dr. Brizola para saber se poderíamos entrar no PDT e disputar as eleições no Paraná. Recebeu-nos com a fidalguia de sempre, em seu apartamento de Copacabana. Sentamos ao lado da janela, entre o cafezinho com biscoitos caseiros, Brizola nos disse que só agora descobriria o mar, que aquela vista o encantava todos os dias e não perdia o pôr-do-sol. “Sou um homem do campo, da pradaria, e do verde, agora também sou do mar azul”. Perguntei sobre a reforma agrária. A resposta veio rápida. “Um dia disse ao Dr. Getúlio, e a reforma agrária?” Ele respondeu: “Leonel, vaca não vota, vamos cuidar dos operários que votam e precisam de nós”. Conclui ainda: “A massa de deserdados cresceu e veio para as cidades, era preciso fazer alguma coisa séria e urgente”.

Pois bem, ontem passei em frente ao prédio amarelo que ele morava, na janela uma bandeira brasileira tremulava ao vento. Emocionei-me, se alguém amou e honrou aquela bandeira foi o guerreiro Leonel de Moura Brizola. Agora está em São Borja, ao lado de Getúlio Vargas e João Goulart, no mesmo cemitério, sua mulher D. Neuza como sempre quis. Foi embora com seu lenço vermelho, combatendo até o fim, Nossos respeitos a um grande brasileiro.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADO A REQUERIMENTO DO DEPUTDO DURVAL AMARAL EM SESSÃO DO DIA 29 DE JUNHO DE 2004.

**“Controle Acionário da Companhia Paranaense de Saneamento - SANEPAR”**

Jornal Eletrônico “Gazeta do Povo”

Assembléia tenta aprovar hoje aumento do capital da SANEPAR. Com irregularidades.

Uma armadilha urdida com o fim de praticar uma tomada de controle hostil, é o que parece o Projeto de Lei nº 076/2004, encaminhado pelo Governador do Estado à Assembléia Legislativa, e que será votado hoje uma “comissão geral parlamentar”. A lei visa autorizar o Poder Executivo a realizar operação de aumento de capital da SANEPAR, mediante conversão em capital próprio de saldos de que é titular o Tesouro do Estado. O valor do aumento é de R\$ 397.382.886,79. Para isso, serão emitidas ações ordinárias, escrituras, sem valor nominal. A auditoria valorou a ação em R\$ 1,95. Desconhece-se o critério, pois o Patrimônio Líquido (PL) da empresa deve estar negativo em virtude do débito contraído com o Japan Bank For International Corporation. Mesmo sendo longo prazo, impacta no resultado, que deve estar em vermelho.

O problema será com os sócios minoritários e uma assembléia geral teria que ser convocada para aprovar a operação, mas tudo foi transformado, ontem, apenas numa “comissão geral”, pelos Deputados para decidir sobre o caso.

a) Se aprovar, os sócios minoritários terão suas participações reduzidas. Aí vem problema com a lei das sociedades anônimas.

b) Se não aprovar, como o Governador tem lei que autoriza, vai querer, no mínimo, fazer a força. Aí o negócio vai para o STF, com toda certeza.

A lei não prevê que os sócios minoritários façam aquisição proporcional de ações, pois a autorização consta somente a conversão da dívida em ações. A exposição de motivos chega a mencionar que as ações da cia foram negociadas a 1,70. Se vender a 1,95 ao Estado, este levará um enorme prejuízo com o ágio aplicado nas ações.

A SANEPAR é empresa mista. Não é pública. Para todos os efeitos é como se fosse empresa privada, pois não tem os privilégios legais da empresa pública, nem tratamento diferenciado. Como é que o Estado está colocando dinheiro público em empresa que não é pública? O prejuízo do Estado será grande, porque o valor contabilizado não foi corrigido e o aumento deverá ocorrer em julho ou mais tarde. Assim, aqueles R\$ 397.382.886,79, já não são os mesmos, e isso há muito tempo.